



CIDADES PEQUENAS: REFLEXÕES SOBRE A FALÁCIA DA MARGINALIDADE E A POTÊNCIA DA ESCASSEZ

DETONI, Luana Pavan¹

RESUMO

Na lógica do neoliberalismo, a manutenção da vida nas cidades pequenas vem se tornando cada vez mais inviável, ao passo que nas grandes tem se tornado cada vez mais precária. Nesse contexto, questiona-se sobre a falácia da marginalidade e a potência da escassez. Uma vez que os estudos sobre a marginalidade não costumam ser aplicados às cidades pequenas, articula-se os espaços da pobreza com o objetivo de analisar os territórios considerados à margem das relações socioespaciais. Para tal, realiza-se uma breve revisão de literatura no campo da sociologia e da filosofia da diferença, com base na perspectiva teórico-metodológica dos “simulacros discursivos”. Como resultados, elabora-se uma reflexão acerca das noções de cidade pequena e de pobreza urbana, que evidenciam a realidade da condição de marginalização desses territórios. No entanto, essas noções também revelam a falácia de pensar que esses territórios não fazem parte dos processos da urbanização. Ressalta-se que da experiência da escassez poderá emergir uma força capaz de provocar a transformação.

Palavras chave: Cidades pequenas; Pobreza urbana; Marginalidade; Escassez.

SMALL TOWNS: REFLECTIONS ABOUT THE FALLACY OF MARGINALITY AND THE POTENCY OF SCARCITY

ABSTRACT

In the logic of neoliberalism, the maintenance of life in small cities is becoming more and more unviable, whereas in the big ones it become more and more precarious. In this context, one wonders about the fallacy of marginality and the potency of scarcity. Since the marginality studies are not usually applied to small towns, the spaces of poverty are articulated with the objective of analyzing the territories considered outside the socio-spatial relations. To this end, a brief literature review is carried out in the field of sociology and the philosophy of difference, based on the theoretical-methodological perspective of "discursive simulacrum". As a result, a reflection is elaborated about the notions of small town and of urban poverty, which highlight the reality of the condition of marginalization of these territories. However, these notions also reveal the fallacy of thinking that these territories are not part of the processes of urbanization. It is noteworthy that from the experience of scarcity, a force capable of provoking transformation can emerge.

Keywords: Small towns; Urban poverty; Marginality; Scarcity.

¹ Graduada e Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela UFPel. Doutoranda no PROPUR/UFRGS. Email: luanadetoni@gmail.com. Registro ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9681-0045>.

DETONI, L. P. *Cidades pequenas: reflexões sobre a falácia da marginalidade e a potência da escassez. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq p.401-417, 2021.*

1. INTRODUÇÃO

A manutenção da vida nas cidades pequenas vem se tornando cada vez mais inviável, ao passo que nas grandes tem se tornado cada vez mais precária. Pela lógica do neoliberalismo, uma demanda é vista como insuficiente para ser viabilizada a sua oferta, e a outra como excessiva. A partir desse contexto formula-se a seguinte questão: como as forças ante à escassez operam de modo a desvelar o mito da marginalidade? Tal questão apresenta dois pressupostos: o primeiro diz respeito a compreensão do território, através da conceituação de “território usado” de Milton Santos (1999); e o segundo compreende a tese de Janice Perlman (2002) acerca das falácias sobre a marginalidade.

As noções sobre os territórios marginalizados não costumam ser aplicadas às cidades pequenas. Desse modo, através de uma breve revisão de literatura realizada no campo da sociologia e da filosofia da diferença, articula-se as cidades pequenas aos estudos dos espaços da pobreza, com o objetivo de analisar os territórios considerados à margem das relações socioespaciais. Para tal, a perspectiva teórico-metodológica deste trabalho decorre da ideia de “simulacros discursivos”. Essa ideia foi apresentada inicialmente por Frederico de Araujo (2007) no estudo sobre a temática das identidades, dos territórios e das suas relações. A argumentação desenvolvida entre as duas esferas classificatórias, promove uma reflexão epistemológica que rompe com as noções absolutas dos conceitos representacionais. O presente estudo apropria-se desse referencial analítico, visto que o contexto contemporâneo busca evidenciar o efeito do tempo, sujeitando as coisas à condição de inacabadas, em movimento de passagem e de mutação, sendo assim impossíveis de atingir a perfeição.

A partir da composição do referencial analítico de “simulacros discursivos” evita-se remeter a um modelo representacional, que tem impulsionado a abordagem teórica dos territórios marginalizados. Contudo, a análise das cidades pequenas ocorre de modo intrínseco às discussões com enfoque na pobreza urbana. Evidencia a ausência de parâmetros ideais e coloca como condição as contradições e complexidades, que implicam em questões políticas e sociais, diante do imposto processo de marginalização. Toma-se como aporte teórico os estudos de Angela Maria Endlich (2006) e Maria Encarnação Beltrão Sposito (2001), em conjunto com a reflexão de alguns marcos da legislação brasileira.

Para os estudos sobre os espaços da pobreza é de grande valia a obra de Milton Santos sobre a *Pobreza Urbana* (2009). A fim de evitar exclusões ou predefinições, de acordo com a

DETONI, L. P. Cidades pequenas: reflexões sobre a falácia da marginalidade e a potência da escassez. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq p.401-417, 2021.

proposição dos “simulacros discursivos”, a análise dos espaços da pobreza procura refletir sobre a dinâmica temporal explícita nos estudos sobre identificações e territorializações. Para esta compreensão introduziu-se a tese de Eber Marzulo (2005), a respeito dos espaços dos pobres e seus fenômenos socioespaciais. O território dos espaços da pobreza, assim como, o território das cidades pequenas, recusam um modelo ideal.

Este trabalho fomenta a possibilidade de outra perspectiva, que não seja a recorrente imagem da cidade como um ímã ou uma porta aberta, signo de ilimitadas opções para o futuro. Nem a contrastante imagem do campo como um circuito fechado, signo de limitação do progresso necessário à vida. Também não serão acusados o crescimento natural ou espontâneo, nem as ações dos planejadores frente a hiperurbanização. Muito menos serão desejados artifícios em prol de um equilíbrio demográfico, ou serão revitalizadas as teorias do antiurbanismo. Nenhuma imagem será consagrada ou profana. O sentido será sempre duplo entre o que é discernível, buscando evitar exclusões ou predefinições.

Por fim, fomenta-se possibilitar outra perspectiva em meio as “táticas” segundo Michel de Certeau (2014), que não refute ou reproduza modelos ideais de cidade, também a partir da reflexão de Milton Santos (2020) sobre a condição de escassez como potência de transformação. Ainda a teoria dos “simulacros discursivos” encontra-se atrelada ao conceito de “devir” deleuziano, que remete à força da criação. Em vista disso, observa-se que há uma complexa agenda de abordagens, além das pesquisas materialistas e científicas, para a questão das cidades pequenas. Como por exemplo, através das abordagens da sociologia e da filosofia da diferença que, apesar das distinções entre seus campos do conhecimento, buscam superar a ideia das territorialidades marginais, ou seja, da visão equivocada dos territórios aquém dos processos socioespaciais da vida contemporânea.

2. TERRITORIOS MARGINALIZADOS

A elaboração teórica deste trabalho acerca dos territórios marginalizados parte do conceito de “território usado” de Milton Santos (1999). Essa conceituação aborda a noção de transformação, fruto de um território em processo, que abrange distintas dimensões – global, nacional, intermediárias e local; também compreende um plano comum entre passado e futuro imediato: “O que há na realidade é relação sociedade e sociedade enquanto território, sociedade enquanto espaço” (SANTOS, 1999, p. 18). Em determinado recorte temporal o território

DETONI, L. P. *Cidades pequenas: reflexões sobre a falácia da marginalidade e a potência da escassez*. *Geomae, Campo Mourão*, v.12, n.especial Sinapeq p.401-417, 2021.

corresponde indissociavelmente às coisas, aos homens e suas relações, e a elas são atribuídas noções de poder. O “território usado” é um campo de forças, lugar de exercício das contradições entre Estado e mercado, em meio a sociedade e a economia.

A compreensão de “território usado” está atrelada a inúmeros problemas acerca das ações de planejamento e gestão. Segundo Santos (1999), nunca houve um esforço para pensar sobre o território na sua totalidade, como um todo correlacionado; as representações do território de modo estático são insuficientes diante do dinamismo social; a regulação do território pelas instâncias políticas são cada vez mais abafadas pelas instâncias econômicas. O presente debate sobre os territórios marginalizados está fundado nessa problemática, onde alguns territórios, intrínsecos à sociedade que o compõem, são forçados a viver uma condição marginal, aquém dos processos, das produções e dos possíveis benefícios.

A marginalização não constitui uma conceituação, mas sim um importante debate semântico, levantado pelo conflito entre recursos e necessidades. Esta condição decorre da acumulação capitalista, que expressa certo etnocentrismo e repercute em estruturas dicotômicas: centro-periferia, urbano-rural, indústria-agricultura, moderno-tradicional. Considerado por Santos (2009) como inadequado devido a sua ambiguidade, o termo marginalidade julga uma parcela da sociedade como excedente e economicamente inútil, tal opressão os coloca numa condição fora das relações de poder do território, ou seja, numa qualidade marginal.

Essa qualidade que abrange uma grande parcela da sociedade provoca o surgimento da ideia de “massa marginal”. Condição que para alguns teóricos poderia corresponder a reserva da reserva do exército industrial apresentado por Marx, para outros corresponderia a parte afuncional ou disfuncional da superpopulação moderna. Milton Santos (2009), no entanto, ao passo que apresenta tal fundamentação teórica sobre a “massa marginal”, a refuta:

A formação do salário nas atividades modernas também coloca em risco a tese da "massa marginal". As enormes possibilidades de trabalho da "massa marginal" pesam fortemente sobre o mercado de trabalho não intelectual no circuito moderno e baixam os salários. Implica, ao mesmo tempo, um aumento do excedente do empresário, e também um aumento na taxa de lucro. Portanto, não se pode concordar com Nun quando afirma que a "massa marginal" é afuncional ou disfuncional. Ao contrário, ela tem um papel preciso no funcionamento da fase atual do sistema capitalista, porque facilita a acumulação no centro e na periferia (SANTOS, 2009, p. 40).

Em consonância com esta perspectiva, a obra *O Mito da Marginalidade* de Janice Perlman (2002) anuncia no próprio título a sua principal tese. A partir da pesquisa de campo sobre a

DETONI, L. P. Cidades pequenas: reflexões sobre a falácia da marginalidade e a potência da escassez. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq p.401-417, 2021.

marginalidade realizada no final da década de 1960, no território brasileiro, mais precisamente em meio às favelas do Rio de Janeiro, a autora atribui a denominação de mitos às visões negativas, que permeiam as crenças presentes nas teorias acadêmicas e nos preconceitos locais sobre esses territórios. Ainda, chama a atenção, ao afirmar que um observador fortuito não seria capaz de perceber as complexas relações socioespaciais das favelas, organizadas de modo coeso e com notável grau de confiança.

A rotulação da sociedade como normal ou marginal é determinada pelas condições econômicas e pelas ideologias de manipulação política. De acordo com Perlman (2002), o modo de enfrentar as massas ditas marginais é paradoxalmente expressa na intenção de integrá-las ao sistema capitalista, fato que produz a sua precária condição social e econômica. Sobre essa rotulação, a pesquisadora descreve uma situação vivenciado no estudo de campo, em confronto com a sua natureza estrangeira: “Se os critérios de normalidade fossem fixados pela prevalência e não pela classe, então o jogo do bicho no Brasil seria considerado normal, enquanto ir à ópera seria marginal, o que obviamente, não ocorre” (PERLMAN, 2002, p. 125).

Devido à maneira vaga como muitos grupos sociais vinham recebendo a denominação de marginais, Perlman (2002) elaborou uma síntese através de cinco fatores empregados nessa definição. O primeiro diz respeito à localização, em paralelo ao baixo padrão construtivo e a ausência de condições salubres. A segunda aponta a situação inferior ocupada na escala econômica-ocupacional. Na sequência, é registrado a distinção identitária dos grupos migrantes, dos recém-chegados e dos considerados membros de diferentes subculturas, fato que emerge a questão de que não é possível ocorrer uma marginalidade sem que haja uma relação básica de igualdade, por exemplo, nos sistemas tribais ou feudais essa não seria um assunto possível. O quarto fator associa a definição dos marginais com as minorias raciais e étnicas. Por fim, o último fator coloca a situação dos transviados, que também poderiam ser denominados de errantes ou de vagabundos, eles correspondem aos sujeitos que não obedecem aos padrões comportamentais vigentes ou dominantes.

Apesar de cada uma das cinco categorias colocar as “massas marginais” para fora do funcionamento padronizado das cidades, tal ato não pode ser visto como uma simples coincidência ou uma relação direta de causa e efeito. A marginalização dos territórios decorre de uma interdependência entre vários fatores. Segundo Santos (2009, p. 26): “O grande erro é considerar a urbanização como uma variável independente e não o que ela realmente é: um epifenômeno.” As ocupações urbanas não se instalam cegamente, mas de modo a conquistar

DETONI, L. P. *Cidades pequenas: reflexões sobre a falácia da marginalidade e a potência da escassez. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq p.401-417, 2021.*

condições privilegiadas, visto pelo sistema capitalista, os espaços devem oferecer a máxima rentabilidade. Em resumo, as cidades têm evidenciado o impacto das modernizações. Perlman (2002) e Santos (2009), nas suas abordagens sobre as questões da marginalidade e da pobreza ponderam os processos de migração e urbanização, que marcam as décadas de 1950 e 1960 no Brasil.

Em meio ao estudo desses processos do êxodo rural e densificação urbana, da grande diáspora do campo para a cidade, acontece a tensão de um primeiro encontro teórico entre os territórios que sofrem a falácia da marginalidade e serão apresentados neste artigo: os territórios das cidades pequenas e os territórios da pobreza urbana. A relação desses territórios, a partir da perspectiva dos “simulacros discursivos”, que será apresentada a seguir, evidencia a ausência de um modelo ideal, assim como, recusa uma representação que sirva como base para os procedimentos de análise.

3. PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA

A fim de explicar o simulacro Cláudio Ulpiano (1989), em sua aula intitulada *A idéia de perfeição*, articula o estudo sobre os iconofílicos² e os iconoclastas³. A iconofilia ocorre no mundo platônico, das ideias regulativas, dos ícones, onde a lei das imagens conduz ao progresso infinito. Há uma busca contínua para atingir certo arquétipo, no entanto, reafirma-se que a perfeição é inatingível de acordo com o tempo. Na iconoclastia não há imitação desse arquétipo, ela produz um mundo separado dos modelos, das origens, pode ser aproximado ao que viria a ser o pensamento dialético. O simulacro, por sua vez não remete ao modelo, ou seja, não está ligado a nenhuma realidade. Para o professor, enquanto o iconofílico é otimista e o iconoclasta é pessimista, o simulacro corresponderia ao trágico.

A principal diferença entre a iconofilia e a iconoclastia em relação ao simulacro, segundo Ulpiano (1989), é que ambas estão associadas ao modelo, mesmo que de modo diferente. Visto que para a iconofilia as ideias reproduzem o modelo, para a iconoclastia, ao contrário, as ideias não o repetem. Apesar disso, igualmente, são estabelecidas analogias que partem de certo modelo, por semelhanças e diferenças, que conduzem a realidade. Na analogia da iconofilia atribui-se proporção às características, por exemplo, são proporcionalmente semelhantes ou

² Que ou aquele que apresenta amor às imagens, às representações figuradas, ou arte de colecioná-las (MICHAELIS, 2020).

³ Que ou aquele que abomina qualquer tipo de adoração a imagens sacras e ataca instituições tradicionalmente veneradas (MICHAELIS, 2020).

DETONI, L. P. *Cidades pequenas: reflexões sobre a falácia da marginalidade e a potência da escassez. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq p.401-417, 2021.*

diferentes em relação ao modelo-cópia. Já na iconoclastia o conhecimento corresponde a comparações, através de distintas perspectivas sobre os modelos, uma vez que não há meios de atingi-lo.

(...) enquanto iconofílicos, somos imagens de um modelo superior – à maneira da ontologia arcaica – que nós imitaríamos. Na iconoclastia, nós estaríamos separados desse modelo superior. Teríamos caído no mais total pecado. Enquanto que, no simulacro, não haveria modelo superior. Nenhum modelo superior! (ULPIANO, 1989, p. 10).

A obra *Lógica do sentido* de Gilles Deleuze (1974), versa sobre a condição que se “tornarmo-nos simulacros, perdemos a existência moral para entrarmos na existência estética” (p. 263). Construídos a partir de certa dessemelhança, os simulacros implicam na subversão das profundidades e na perversão das superfícies. Ainda, segundo o filósofo, o sujeito observador atua para a composição do simulacro, inclui um ponto de vista diferencial – nem privilegiado, nem hierárquico – o transforma e o deforma. Nenhum modelo seria capaz de resistir a esta vertigem.

O simulacro propõe uma originalidade ao pensamento. Afora dos parâmetros e comparações, não permite que sejam constituídas analogias. A ideia de simulacro carrega a ideia de singularidade, da univocidade, semelhante a si próprio detém uma identidade plena. Diferentemente do universo da cópia, o simulacro é do universo do duplo, pois relaciona a singularidade dois valores: autonomia e existência. Por exemplo, a intertextualidade até segue um modelo, mas no momento em que se constitui, pode mascarar o modelo e atingir a sua autonomia, passando assim a existir (ULPIANO, 1989).

A ideia produzida pelo universo do duplo configura-se a partir dos simulacros, que obtém sua legitimidade nas tramas sociais, cuja tessitura é discursiva. Segundo Deleuze (1974), a própria linguagem manifesta todos os duplos, compondo o mais alto simulacro. Em vista disso, os “simulacros discursivos” (ARAUJO, 2007) consideram a potência das ações transformadoras, ante concepções essencialistas ou idealistas. A problemática representacional dos conceitos transforma-se numa problemática linguística, que busca analisar a relação e natureza estabelecida entre objeto, significante, significado e sentido. Para tal, destaca-se o papel do sujeito, que revela o caráter axiológico e político nesse embate com o mundo.

A ênfase na linguagem empreendida por essa vertente constitui-se de tal maneira que tem por implicação a consideração de que o próprio caráter do vínculo social é linguístico, ou, na forma desdobrada mais precisa de algumas compreensões, é discursivo. Assim sendo, a objetividade dos signos, ou seja, do quádruplo objeto / significante / significado / sentido, é constituída no campo das relações

DETONI, L. P. *Cidades pequenas: reflexões sobre a falácia da marginalidade e a potência da escassez*. *Geomae, Campo Mourão*, v.12, n.especial Sinapeq p.401-417, 2021.

interdiscursivas, das relações sociais portanto, o que traz à problemática, de modo imediato e direto, questões de ordem política, ética, estética e gnosiológica, além de apontar ao caráter espaço-temporalmente situado dos signos (ARAUJO, 2007, p. 17).

A elaboração teórica, a partir da ideia de “simulacros discursivos”, contém a virtualidade. O virtual remete a potência a ser revelada, a semiótica da linguística que decorre de um processo de latência, para a criação de um sentido. “Cada parte virtual de uma tal palavra designa o sentido da outra ou exprime a outra parte que, por sua vez, o designa: Sob esta forma, além disso, a palavra no seu conjunto diz seu próprio sentido e não-senso sob este novo título” (DELEUZE, 1974, p. 70). A noção de virtualidade deleuziana recai sobre o seu conceito de “devir”. A produção do simulacro desempenha o papel do puro “devir” que, na medida em que contesta simultaneamente o modelo e a cópia, torna-se ilimitado.

Devir é nunca imitar, nem fazer como, nem se conformar a um modelo, seja de justiça ou de verdade. Não há um termo do qual se parta, nem um ao qual se chegue ou ao qual se deva chegar. Tampouco dois termos intercambiantes. A pergunta 'o que você devém?' é particularmente estúpida. Pois à medida que alguém se transforma, aquilo em que ele se transforma muda tanto quanto ele próprio. Os devires não são fenômenos de imitação, nem de assimilação, mas de dupla captura, de evolução não paralela, de núpcias entre dois reinos (ZOURABICHVILI, 2004, p. 24).

“O simulacro não é uma cópia degradada, ele encerra uma potência positiva que nega tanto o original como a cópia, tanto o modelo como a reprodução” (DELEUZE, 1974, p. 267). A análise a seguir sobre as cidades pequenas e os espaços da pobreza, fomentada pela ideia de “simulacro discursivo”, dista das práticas de repetição ou reprodução. Em virtude de apresentar-se fora do campo da verificabilidade do arquétipo, enquanto imagem ideal ou modelo, possibilita um estudo com base nos modos em que os territórios são sujeitados através de condições marginalizantes.

4. TERRITÓRIO DAS CIDADES PEQUENAS

“O conceito de cidades pequenas é daqueles de difícil elaboração”, segundo Angela Endlich (2006, p. 87), visto que pode implicar até mesmo na discussão sobre o próprio conceito de cidade. Geralmente, esses territórios são associados a patamares mínimos quanto ao número de habitantes, à dimensão territorial, aos recursos e atividades econômicas. Para este estudo, no entanto, a concepção sobre cidades pequenas apresenta-se atrelada às discussões acerca dos

DETONI, L. P. Cidades pequenas: reflexões sobre a falácia da marginalidade e a potência da escassez. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq p.401-417, 2021.

espaços da pobreza. Evidencia a ausência de um modelo ideal de cidade ou parâmetros utópicos, através da perspectiva teórica-metodológica dos “simulacros discursivos”. A principal condição que compõem essa articulação são as contradições e complexidades, que incidem sobre uma discussão semântica, que implica também em questões políticas e sociais, do processo de marginalização desses territórios.

Ao passo em que se generalizou o processo de urbanização ele foi somando contradições, materializadas de diferentes maneiras. Assim, além do questionamento se são ou não cidades as pequenas aglomerações, interrogações da mesma natureza podem ser feitas quanto às imensas periferias, em geral parte não formal das grandes cidades; os condomínios fechados e o encerramento que eles representam em relação à diversidade social que deveria caracterizar a vida urbana e os loteamentos urbanos dispersos nos entornos metropolitanos. Portanto, são várias as manifestações contraditórias do urbano, sendo as pequenas cidades parte do mesmo processo. Esse questionamento pode ser compreendido pela adoção, ainda que involuntária, de um parâmetro ideal de cidade, que não alcança as expressões concretas do processo (ENDLICH, 2006, p. 86).

Quanto à materialização das cidades pequenas, pode-se observar certa diversidade nas suas adjetivações de cidades dormitórios, cidades de passagem, cidades isoladas. Seria possível, portanto, estabelecer outros “simulacros discursivos”, por exemplo, com os condomínios fechados, conformação cada vez mais frequente nas grandes cidades brasileiras. Não obstante, para a análise conceitual dos “territórios usados” (SANTOS, 1999), que buscam capturar as diversidades e dinâmicas – temporal e social; fruto da transformação das identificações e das territorializações (ARAUJO, 2007), tal processo apresenta como foco os modos de vida, singularidades expressas pela experiência espacial do sujeito-social.

Para uma análise acerca da materialização dos simulacros serão consideradas as cidades pequenas ditas predominantemente rurais, devido às suas atividades econômicas. Juntamente com o espaço de favela que se encontra na periferia das cidades, nas denominadas áreas periurbanas, faz-se esse recorte uma vez que as favelas apresentam inúmeras derivações, assim como as cidades pequenas. Dentre as experiências espaciais da sociedade, ressalta-se a prática do cultivo, que é compartilhada em ambos territórios analisados, numa perspectiva de “tática”. Segundo Michel de Certeau (2014), às “táticas” correspondem ações imediatas, são respostas que tensionam as “estratégias” que configuram o lugar hegemônico.

Assinalado, ainda no primeiro encontro teórico, diante do êxodo rural e da densificação urbana, é possível notar um hábito comum aos moradores das cidades pequenas de cultivar hortas e jardins, que também é expresso na busca dos migrantes recém chegados às metrópoles pela materialização das suas ocupações. As práticas cotidianas, frutos da “arte de um saber” rural,

DETONI, L. P. Cidades pequenas: reflexões sobre a falácia da marginalidade e a potência da escassez. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq p.401-417, 2021.

possibilitam a criação de “táticas”, que resistem nas “maneiras de fazer”, através de um poder emergente (CERTEAU, 2014). Tal poder possibilita o cultivo de chás ante os medicamentos farmacológicos, de hortaliças ante os produtos industrializados, de jardins ante a rigidez e a monotonia do concreto. Esses elementos da vida urbana que de algum modo são combatidos não assombram apenas grandes cidades, chegaram através da aspirada modernidade também nas menores, que necessitam resistir. Mais recentemente o hábito de cultivar passou a pertencer a outros habitantes urbanos, que procuram resgatar as origens e a essência da existência humana, ainda pelas “táticas” de uma segurança alimentar.

Quanto à configuração das cidades pequenas, predominantemente rurais, segundo Maria Encarnação Beltrão Sposito (2001), cabe ressaltar as transformações fruto da atualização da agricultura, a fim de distinguir o papel das “cidades do campo” das “cidades no campo”, esta última denominação caracteriza as áreas pouco incorporadas pelo mercado capitalista, percebidos pela mecanização agricultura e pelo domínio das monoculturas. Cabe ressaltar também que a adoção da denominação de cidades pequenas, ante a de municípios pequenos, decorre pela relação com a vida em sociedade, com a urbanização, tendo uma relação mais próxima com os parâmetros populacionais, e não com os parâmetros de dimensão geográfica. Contudo, o planejamento e as políticas públicas devem atender não somente as áreas consideradas cidades, mas também às demandas das áreas periurbanas. Do mesmo modo, estas práticas de organização e gestão territorial devem compreender toda porção do território municipal, como estabelecido no Estatuto da Cidade (2001) não se limitando apenas à área que corresponde ao perímetro urbano.

Para as ações de planejamento, de acordo com Sposito (2001), também é necessário analisar os papéis que as cidades desempenham numa escala regional, dentro da constituição das redes urbanas, onde geralmente as cidades médias desempenham papéis de intermediação, entre as cidades pequenas e as cidades metropolitanas. A autora ainda ressalta, que embora ocorra uma hierarquia na organização das redes de cidades, cada uma assume uma função importante para a manutenção da vida em sociedade. Diante das dinâmicas de inter-relação das cidades, retoma-se um questionamento apresentado por Perlman (2002, p. 37): “Os migrantes chegam à cidade de uma-vez-para-sempre, ou vêm escalando, desde as cidades pequenas para as maiores, ou seguem um padrão de ida-e-volta acompanhando as estações?” Uma resposta possível, considerando o fenômeno de crescimento das cidades intermediárias (DAVIS, 2006), reforça que a noção de território e de marginalização não são estáticas ou permanentes, esta compreensão está ligada às

DETONI, L. P. Cidades pequenas: reflexões sobre a falácia da marginalidade e a potência da escassez. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq p.401-417, 2021.

condições da dinâmica temporal, social e econômica, ou seja, está sujeita a mudanças.

Devido a alguns estudos sobre espaços da pobreza apresentarem como parâmetro cidades com milhões de habitantes, como no caso de Mike Davis (2006) que discorre sobre favelas de megacidades do mundo todo, faz-se necessário estabelecer alguns critérios sobre as cidades pequenas que se destacam neste estudo. A definição tange as cidades que se encontram à margem da legislação das políticas urbanas e regionais (Estatuto da Cidade, 2001; Estatuto da Metrópole, 2015). Ou seja, cidades que possuem menos de 20.000 (vinte mil) habitantes e que não estão localizadas em regiões metropolitanas. Desde a Constituição Federal, em 1988, as cidades brasileiras almejam que a descentralização presente na municipalização dos serviços públicos pudesse significar uma melhor redistribuição e, assim, um acesso mais justo a esses serviços. Contudo, na realidade das cidades pequenas ocorreu apenas a transferência de atribuições, sem uma autonomia orçamentária e decisória (ENDLICH, 2006). Tal questão, quando incorporada ao contexto de competição do neoliberalismo, tem comprometido ainda mais as relações entre espaço e sociedade.

Observa-se que a manutenção da vida nas cidades pequenas vem se tornando cada vez mais inviável, ao passo que nas maiores tem se tornado cada vez mais precária. A demanda pelos direitos sociais estabelecidos pela Constituição (1988) – educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados – vista pela lógica do lucro, é considerada insuficiente para viabilizar a sua oferta, no primeiro caso, e excessiva no segundo. Ambas demandas resultam na escassez.

5. TERRITÓRIO DOS ESPAÇOS DA POBREZA

Milton Santos, em 1978, defendeu a atualidade da temática da pobreza urbana, visto pela intensa expansão tanto da urbanização, quanto da pobreza, também devido a generalidade desse fenômeno em todos os países, especialmente nos subdesenvolvidos. Os estudos de Santos (2009) associam a pobreza à escassez, de acordo com: a noção de privação, cujo parâmetro é de natureza material; a ideia de relatividade, por exemplo a sensação de descontentamento; e aos modos de vida, que correspondem as complexas relações sociais, econômicas, culturais e políticas.

Apesar de apontar como mais importante a compreensão do fenômeno do que a sua mensuração, Santos (2009) diferencia os pobres dos miseráveis. Em tal comparação, os pobres

DETONI, L. P. Cidades pequenas: reflexões sobre a falácia da marginalidade e a potência da escassez. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq p.401-417, 2021.

apresentam um poder de compra reduzido em relação ao seu contexto, enquanto os miseráveis são privados da satisfação de necessidades vitais. Ainda segundo sua abordagem, as condições de carência e insatisfação, em que vivem milhões de indivíduos, exigem uma atividade intelectual incansável.

A concepção da pobreza, pautada pela ideia dos “simulacros discursivos”, reforça a importância de pensar sobre identificações e territorializações, de modo a apropriar-se da dinâmica temporal. Ante a abordagem de um calunga⁴, faz-se necessário a compreensão sobre um sujeito social. Segundo Araujo (2007), os processos identitários são frutos do mundo moderno, visto que antes essa era uma noção fundada na vontade divina. Nesse contexto, os processos de subjetivação acerca dos “indivíduos-sujeitos” apresentam-se pelas matrizes: indivíduo, classe e nação. Diferentemente, no contemporâneo ocorre uma ruptura com esses vínculos, fato que repercute numa subjetivação dos “indivíduos-indivíduos”, ou seja, os agrupamentos identitários fragilizados, resistem ao domínio e se multiplicam a partir de outras relações como raça, gênero, orientação sexual, faixa etária.

A identificação contemporânea, marcada pelo processo de diluição das matrizes modernas, implica na atribuição das dinâmicas espaciais, vistas através da noção de território. A abordagem teórica que incide sobre os fenômenos socioespaciais é apresentada na tese de Eber Marzulo (2005) a respeito dos espaços dos pobres. A ênfase da existência dos pobres consoante com o “efeito de território”, apontada pelo pesquisador tem a família como eixo de análise devido seu papel de mediadora entre a função socioeconômica e a inserção espacial dos sujeitos. Os estudos realizados numa típica favela carioca exploram as relações de enraizamento e pertencimento das redes sociais, estruturadas pela unidade familiar, que revelam uma forma de organização que ultrapassa os laços consanguíneos e por aliança, incorporando também outros agregados.

O estudo sobre os pobres na escala metropolitana desenvolve a compreensão das relações de segregação espacial das classes populares que, segundo Marzulo (2005), revelam a concepção de uma modernidade tardia. Esta diz respeito à sociedade que, no contexto contemporâneo, configura-se de modo a dissolver as diferenças e distâncias físicas (centro e periferia), no entanto, reafirma o conceito de classes sociais. Sendo as favelas o padrão de espaço das classes populares nas grandes cidades, suas dinâmicas de segregação definem os grupos sociais pobres. Devido à

⁴ Esboço da figura humana que os arquitetos fazem para dar ideia das dimensões da obra que projetam.

DETONI, L. P. Cidades pequenas: reflexões sobre a falácia da marginalidade e a potência da escassez. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq p.401-417, 2021.

falta de centralidade do trabalho, os pobres têm sido referenciados pelas suas condições de moradia, marcadas pela ausência de serviços públicos e infraestruturas urbanas.

O processo do simulacro, para identificação do sujeito social discursivo, exige uma atenção linguística. A denominação “espaços da pobreza” apresenta o substantivo pobreza, que busca evidenciar a essência implicada. No entanto, essa semântica busca acolher a possibilidade de transformação desta condição. Apesar disso, nenhuma identificação é capaz de desvencilhar-se do “objetalismo convencional”, conforme Araujo (2007, p. 24): “a convenção é produto da ação de sujeitos racionais, centrados, que manipulam racionalmente valores, interesses e saberes em processo interativo de estabelecimento de acordo.” Somado a isso, no agrupamento do comum, em meio a multiplicidade, está sempre implicada a problemática da individuação, da similitude e da permanência.

Por outro lado, aponta-se como potência da identificação a importância atribuída a singularidade, própria ao indivíduo devido a sua experiência de vida, experiência de territorialização. Tal perspectiva, evidencia a fundamental identificação dos espaços da pobreza para manifestar as discussões sobre os seus fenômenos. Os pobres, sujeitos sociais, que inscrevem e são inscritos pelos espaços da pobreza, "não são socialmente marginais, e sim rejeitados; não são economicamente marginais, e sim explorados; não são politicamente marginais e sim reprimidos" (GUNDER, 1966, p. 1, apud SANTOS, 2009, p. 36).

Milton Santos (2009) demonstra que a alteração da denominação da pobreza por marginalidade, elaborada e aprovada institucionalmente, apresenta-se como um slogan acadêmico e oficial que mascara a análise teórica de fato necessária. Tal atenção a esse debate semântico também serve às cidades pequenas, que por vezes recebem algumas denominações que desviam das suas problemáticas, por exemplo, do necessário acesso aos serviços públicos, por vezes denominados de serviços urbanos, como os serviços de educação, saúde, saneamento, mobilidade, entre outros.

6. REFLEXÕES EM MEIO A ESCASSEZ

Sem água potável encanada, sem tratamento de esgoto, sem coleta de lixo regular; distante dos serviços básicos e especializados de saúde e educação. Essa descrição corresponde à conformação de um território com baixa ou alta concentração populacional? É fruto de uma

DETONI, L. P. Cidades pequenas: reflexões sobre a falácia da marginalidade e a potência da escassez. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq p.401-417, 2021.

urbanização patológica ou desordenada? Se refere aos espaços da pobreza ou às cidades pequenas? Mais do que a busca por parâmetros e soluções a partir de uma imagem representacional, das condições subumanas da escassez, o procedimento metodológico elaborado pela teoria dos “simulacros discursivos” trabalha a potência do “devir” (DELEUZE, 1974). O “devir” deleuziano carrega a potência de criação, acontece por um movimento de captura e mais-valia, nunca de reprodução. Esse “devir” é sempre minoritário, e aqui aplica-se a uma maioria minorizada, já que grande parte da população ocupa os espaços da pobreza (favelas) e a maior parcela das cidades brasileiras, por exemplo, são consideradas pequenas (cidades aquém da legislação urbana e regional).

A pobreza urbana tem servido de “bode-expiatório” (PERLMAN, 2002) para muitos problemas sociais embaraçosos que não pretendem ser efetivamente resolvidos. Há uma sobrecarga no cotidiano vivido desses lugares, que está relacionada ao afastamento do Estado (MARZULO, 2005). Tais concepções valem também para as cidades pequenas, como na Proposta de Emenda à Constituição do Pacto Federativo (PEC 188/2019), que se encontra em votação a fim de extinguir até 2023 os municípios com menos de 5.000 (cinco mil) habitantes e com arrecadação de impostos inferior a 10% da sua receita total. Para possibilitar outra perspectiva, que não refute ou reproduza modelos ideais de cidade, analisa-se os sentidos duplos – as duplas capturas do “devir” – pela potência da escassez, segundo Milton Santos:

A mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como autores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado participe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único (SANTOS, 2020, p. 14).

Diante da escassez os espaços da pobreza apropriam-se, segundo Marzulo (2005, p. 181), “da dinâmica de enraizamento e pertencimento como tática de manutenção da própria vida”. Somam-se a essas “táticas” de sobrevivência (CERTEAU, 2014), frente aos recursos limitados, as relações de confiança mútua e de coesão social, comprovadas na observação de Perlman (2002), através da presença de vários clubes e associações nas favelas cariocas. Nas cidades pequenas, Endlich (2006) descreve que os sentimentos de pertença são proporcionados pela singularidade dos laços criados através de uma rede afetiva com o espaço e com a sociedade, fruto do apreço pelas relações familiares e de amizade fomentadas pela proximidade física e social.

DETONI, L. P. Cidades pequenas: reflexões sobre a falácia da marginalidade e a potência da escassez. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq p.401-417, 2021.

A potência da escassez encontra-se na força da lentidão, no tempo dos “homens lentos” (SANTOS, 2017). A lentidão discorre da condição social e, conseqüentemente, sobre uma falta de opção, visto que a possibilidade de escolha passa pelos critérios do mercado e pelo poder de consumo. Mesmo assim, esse é o tempo que será capaz de conduzir a desejada transformação social, vista pela possibilidade de “uma outra globalização”. De acordo com Santos (2020), no plano empírico essa globalização teria como alicerces a escassez, sobre os quais emergiria a força de uma cultura popular. O mundo se transformaria acompanhando os avanços da informação e a multiplicidade das filosofias, das raças e das culturas. No plano teórico, aconteceria um novo discurso através de uma narrativa contida dentro ou além da própria narrativa dominante.

A escassez de modelos dos simulacros já revela por si só uma potência, pois abre o campo de criação, de modo a desviar das lógicas dominantes. O entrave epistemológico das pesquisas sobre a pobreza urbana e as cidades pequenas precisa superar a crise da instabilidade desses territórios, provocada pela condição hegemônica e pela falácia de marginalização, vista tanto nos estudos acadêmicos quanto nas políticas públicas. Segundo Santos (1999), a ingovernabilidade exige uma adaptabilidade permanente que acontece de baixo para cima, a potência encontra-se nessa experiência do saber local.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atenção teórica acerca da marginalidade mostra-se cada vez mais necessária, sendo preciso desvelar as verdadeiras questões que se escondem sob essa denominação, a fim de manifestar as discussões sobre os seus fenômenos. Visto que, a sua própria semântica condiciona os territórios a uma experiência de rejeição, exploração e repressão, compreensão que os coloca ainda mais distantes das possibilidades de transformação. A marginalização das cidades pequenas e dos espaços da pobreza é uma verdade, no entanto, é uma falácia pensar que esses territórios não fazem parte dos processos socioespaciais da urbanização contemporânea.

Pensar e propor uma mudança epistemológica também é importante, porque as maiorias, que ainda se encontram em condições minorizadas, precisam fazer parte do processo de concepção do conhecimento, para que de fato seja possível se desvencilharem dos discursos únicos e possam fomentar uma transformação em prol do pensamento livre e do saber local. A abordagem teórica dos “simulacros discursivos”, como metodologia de análise, possibilitou a

DETONI, L. P. *Cidades pequenas: reflexões sobre a falácia da marginalidade e a potência da escassez. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq p.401-417, 2021.*

correlação dos territórios estudados e também permeou a composição das suas definições. A demanda de uma mudança de perspectiva de estudo que emerge desta análise, ainda requer um maior aprofundamento teórico, devido ao desequilíbrio entre teorias internacionais, nacionais, regionais e locais utilizadas. Também pela falta de abrangência dos autores estudados, para captura de diferentes identificações e territorializações – gênero, raça, origem, entre outras experiências subjetivas.

Contudo, os campos do conhecimento da sociologia e da filosofia da diferença que foram abordados neste trabalho, apesar de distintos, também com relações mais complexas do que as apresentadas, anunciam perspectivas de estudo que possibilitam superar uma visão acadêmica distante dos processos socioespaciais da contemporaneidade. Observa-se que há uma extensa agenda de estudos sobre a questão dos territórios marginalizados, além das pesquisas materialistas ou cientificistas, em especial para a compreensão do território das cidades pequenas.

8. AGRADECIMENTOS

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Ao professor e aos colegas da disciplina de Sociologia do Território (PROPUR/UFRGS), pelos estudos e discussões que fomentaram a realização deste trabalho.

9. REFERÊNCIAS

ARAUJO, Frederico. G. B. “Identidade” e “Território” enquanto simulacros discursivos. In.: ARAUJO, Frederico. G. B. e HAESBAERTH, Rogério (org.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 set. 2020.

BRASIL. [Estatuto da Cidade (2001)]. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 29 set. 2020.

BRASIL. [Estatuto da Metrópole (2015)]. **Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. Institui o Estatuto da Metrópole. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113089.htm. Acesso em: 29 set. 2020.

Edição Especial RGeomae – SINAPEQ
V Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades - 2020
“A diversidade das pequenas cidades brasileiras”

DETONI, L. P. *Cidades pequenas: reflexões sobre a falácia da marginalidade e a potência da escassez. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq p.401-417, 2021.*

BRASIL. [PEC 188 (2019)]. **Proposta de Emenda à Constituição do Pacto Federativo 188**. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2019/11/05/pec-pacto-federativo-proposta-do-governo> Acesso em: 29 set. 2020.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de saber fazer**. Petrópolis: Vozes, 2014.

DAVIS, Mike. Planeta de favelas: a involução urbana e o proletariado informal. In: SADER, Emir (org.). **Contragolpes**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. São Paulo, Perspectiva, 1974.

ENDLICH, Angela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná**. Presidente Prudente: UNESP, 2006.

MARZULO, Eber. P. **Espaço dos pobres: Identidade social e territorialidade na modernidade tardia**. Tese de doutoramento; Rio de Janeiro; IPPUR-UFRJ, 2005.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Online. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/>. Acesso em 29 set. 2020.

PERLMAN, Janice E. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

_____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. In: **Cadernos IPPUR**, ano XIII, nº 2: 15 – 26, ago-dez, 1999.

_____. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 30. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. In: **Revista de Geografia**, São Paulo, v. 35, p. 51-62, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/4817>. Acesso em: 28 set. 2020.

ULPIANO, Claudio. **A Idéia de Perfeição**. Aula transcrita, 19 dez. 1989. Disponível em: <https://acervoclaudioulpiano.wordpress.com/2016/11/03/aula-de-19121989-a-ideia-de-perfeicao-2/>. Acesso em 28 set. 2020.

ZOURABICHVILI, François. **O Vocabulário de Deleuze**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Ifch-unicamp, 2004.